

CPI da dívida externa recomendará conversão de débitos em capital

- 8 SET 1984

Brasília — “E ilusão acreditar na possibilidade de pagar a dívida”. Esta frase faz parte do texto preliminar do relatório da comissão parlamentar de inquérito da Câmara dos Deputados, que investiga a dívida externa e o acordo do Brasil com o FMI. Segundo a CPI — que apresentará um relatório final na próxima segunda-feira — o país deve buscar a transformação dos débitos externos das companhias multinacionais aqui estabelecidas — que giram em torno de 30 bilhões de dólares — em inversão de capital.

Se concretizada essa proposta, a dívida externa brasileira poderá ser aliviada em 30%. Os representantes do PDS na CPI, contudo, deverão apresentar um relatório em separado, discordando da posição dos demais parlamentares.

O professor Cristovam Buarque, da Universidade de Brasília, que coordenou um grupo de técnicos que assessoram a CPI, explicou a metodologia e os critérios utilizados na elaboração da versão inicial, que tem 152 páginas, com seis capítulos e uma parte final contendo as propostas.

Segundo o documento, “qualquer proposta que vise a solucionar o problema da dívida externa não pode se limitar a recomendações de ordem econômico-financeira, mas deve também enfrentar o problema político nacional e internacional, para evitar que o país não volte a ser irresponsavelmente comprometido”.

Novo governo

O relatório final da CPI será um documento do Congresso, mas os parlamentares que a integram concordam que, no próximo ano, com governo novo, o Legislativo terá mais força. Por isso, foi apresentada uma proposta que consiste na apuração do montante real da dívida externa (hoje calculada pelo Banco Central em torno de 98 bilhões de dólares) por parte de uma comissão mista, que seria integrada por parlamentares, juízes do Supremo Tribunal Federal, funcionários dos ministérios econômicos e do Banco Central.

A CPI também pretende apresentar como parte do relatório final o item que especifica o não reconhecimento, pelo Brasil, de recursos financeiros não internados no país, ou seja, as importâncias relativas a equipamentos comprados no exterior apenas contabilmente, mas que nunca chegaram ao Brasil, ou as comissões pagas aos negociadores. A CPI deverá sugerir para o Brasil apelar junto aos tribunais internacionais no sentido de que essas mercadorias, hoje depositadas nos portos de origem, sejam devolvidas aos fornecedores, abatendo-se, no montante da dívida, os respectivos valores. Com isso, a CPI acredita que o Brasil poderá reduzir seus compromissos externos em mais 15 bilhões de dólares.

Outra proposta da CPI, que poderá constar do relatório final, segunda-feira, é a possibilidade de o Brasil entrar em negociações em bloco com outros países devedores, contra cada banco credor, de forma isolada. O professor Cristovam Buarque caracterizou essa proposta como uma espécie de “anti-Clube de Paris, que dará, sem dúvida, maior poder de barganha aos países devedores”.

Os membros da CPI vão-se reunir novamente amanhã, às 9 horas, na Câmara dos Deputados, mesmo sendo feriado. E se comprometeram a uma nova rodada de reuniões, na próxima segunda-feira, quando terminará o prazo para funcionamento da CPI, com a apresentação do relatório conclusivo. Neste final de semana, um promotor de justiça do Estado de São Paulo, segundo proposta do Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), ficará à disposição da CPI, em Brasília, para criticar o trabalho do ponto de vista jurídico, já que se trata de um inquérito parlamentar.

“A CPI se apóia no Código Penal e no Código de Processo Penal”, afirmou o parlamentar, salientando que “a minuta mostra um comportamento tímido frente aos crimes de responsabilidade configurado pela ausência dos ministros da área econômica e pela não entrega do Relatório Saraiva”.